



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MATRIZ PEDAGÓGICA - EAD AUTOINSTRUCIONAL – 20 HORAS

NOME DO CURSO: As estratégias de cuidado em saúde mental na Assistência Social

OBJETIVO GERAL: Refletir sobre o papel da assistência social na promoção e desenvolvimento do cuidado em saúde mental nos territórios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apreender os princípios da Reforma Psiquiátrica e as interfaces com a Assistência Social;

Efetivar as ações intersetoriais com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) que promovam o cuidado em saúde mental nos serviços socioassistenciais do SUAS;

Instrumentalizar as(os) trabalhadoras(es) do SUAS sobre a Política de Álcool e Outras Drogas a partir da estratégia de Redução de Danos no acompanhamento familiar de usuários(as) em situação de uso abusivo e dependência química.

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRI A	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE
1	Introdução à Reforma Psiquiátrica e a Política de Álcool e Outras Drogas com ênfase na Proteção Social	5h	Esboçar as interfaces necessárias entre a Reforma Psiquiátrica e a Proteção social assegurada às pessoas em sofrimento mental e em situação de uso abusivo de substâncias psicoativas Compreender a importância da política de assistência social no enfrentamento aos riscos e vulnerabilidades sociais desencadeadoras do sofrimento mental e uso abusivo de SPA Apresentar a estratégia de Redução de Danos como ferramenta para o acompanhamento familiar no SUAS.	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar e debater aspectos conceituais e históricos da proteção social e as bases normativas que orientam as transformações no campo da Atenção Psicossocial;• Definir rede substitutiva assistencial da Saúde Mental e a articulação com a Política de Assistência Social• Analisar as normativas legais e técnicas da área de Saúde Mental que sustentam o trabalho intersetorial e interdisciplinar para o cuidado em Saúde Mental
2	Luta Antimanicomial e o Cuidado em Saúde Mental	5h	Refletir sobre o adoecimento mental e transtorno psíquico enquanto condição multifatorial com forte determinação social, identificando o papel da Assistência Social na garantia dos direitos das pessoas com sofrimento mental. Conhecer as Normativas básicas; Histórico do Sistema de Saúde; proteção social e direito à saúde integral	<ul style="list-style-type: none">• Enfatizar o caráter de ruptura com o paradigma asilar no tratamento de doenças e transtornos mentais para o conceito de cuidado em liberdade e respeito aos direitos humanos.• Avançar nas estratégias de desinstitucionalização, dentro e fora do setor saúde; dimensionando a contribuição da Assistência Social na rede substitutiva



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3	A vulnerabilidade social como fator de risco para o adoecimento mental e o uso abusivo de Substâncias psicoativas	5h	<p>Debater os aspectos socioeconômicos e político-culturais do uso de álcool de outras drogas e os riscos sociais relacionados.</p> <p>Instrumentalizar as(os) trabalhadoras(es) do SUAS para Estratégia de Redução de Danos no cuidado à dependência química</p>	<ul style="list-style-type: none">• Refletir com os usuários sobre o seu papel como elemento participativo do contexto social, favorecendo o conhecimento ou reconhecimento de seus direitos enquanto pessoa;• Desmistificar com os usuários, familiares, comunidade, rede de saúde e social, as representações sociais preconceituosas e excludentes a respeito do uso de substâncias psicoativas e do próprio usuário;• Fortalecer a rede de assistência de serviços de saúde e social, visando favorecer a saúde integral dos usuários de álcool e outras drogas.
4	Práticas Intersetoriais no SUAS para o cuidado Integral em Saúde Mental	5h	<p>Equipes do SUS e SUAS atuando de forma integrada (planejamento, acompanhamento, estudo de casos, avaliação de resultados dos processos de trabalho)</p> <p>Impulsionar ações de convivência familiar e comunitária nos serviços socioassistenciais e de busca ativa nos territórios de pessoas com adoecimento mental e dependência química.</p> <p>Debater as principais ações:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Acolhida2) Oficinas com Famílias;3) Ações Comunitárias;4) Ações Particularizadas;5) Encaminhamentos;	<ul style="list-style-type: none">• Debater os Impactos na saúde mental da população e os desafios para o cuidado psicossocial durante e pós-pandemia.• Dimensionar a contribuição da Assistência Social na construção intersetorial do cuidado em saúde mental nos territórios.• Conhecer práticas intersetoriais exitosas e subsídios interventivos em casos concretos de articulação entre o SUAS e rede substitutiva de saúde mental na perspectiva da garantia de direitos.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Lex-Legislação em Saúde Mental 1990-2004, Brasília, 5.ed. amp., p. 17-19, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília-DF, 24 ago. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF - O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2012. v. 1.

BRASÍLIA. Redução de Danos. Brasília: OBID. 2008.

_____, (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

BRITES, Cristina. Internação compulsória: um canto de sereias. In: Revista Inscrita nº14. CFESS: Brasília, 2013.

ROMERO, Luiz Carlos. Manual de Redução de Danos: saúde e cidadania. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. O que esperar depois do (in)esperado?: Saúde mental no trânsito (pós)pandemia. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 22, n. 1, p. 1-5, jun. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 set. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO. Redução de Danos: conceitos e práticas. Mato Grosso – MT. Disponível no link http://www.tjmt.jus.br/intranet.arg/cms/grupopaginas/105/988/Redu%C3%A7%C3%A3o_de_danos_-_conceitos_e_pr%C3%A1ticas.pdf. Acesso em 03 de outubro de 2022.

World Health Organization. (2020). Mental health and psychosocial considerations during COVID-19 outbreak. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf>

FILMOGRAFIA

Bicho de Sete Cabeças

Nise: o coração da Loucura

Programa de Braços Abertos. Link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cf89uhIY5qM>